

Receitas contra crise unem adversários

Políticos, juristas, líderes empresariais e de trabalhadores concordam com a necessidade de reformas que mudem o País e tornem as leis mais rigorosas

ANA MARIA TAHAN
e RITA TAVARES

Antes mesmo de produzir os primeiros efeitos, a CPI do Orçamento deixou a lição: o País precisa ser passado a limpo, mudar de cara e, especialmente, tornar mais rigorosas as leis, a começar pela própria Constituição. Tal raciocínio une políticos, juristas, líderes de trabalhadores e do meio empresarial. Muitos deles já têm prontos projetos ou propostas de reformas e, de forma geral, concordam: as leis eleitoral e partidária têm de ser viradas do avesso, o instituto da imunidade parlamentar precisa ser limitado, a fidelidade partidária é necessária. O Orçamento da União, apóiam, exige mecanismos de acompanhamento, a lei de licitação deve ser reforçada, os crimes de colarinho branco requerem um tratamento mais rigoroso, o Judi-



cário não pode ficar de fora das reformas.

Até pelo clima criado em torno das descobertas de manipulação do Orçamento, a proposta de gastos da União centraliza a atenção. O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), querem tirar do projeto as verbas destinadas

às subvenções sociais, a parte que cabe aos parlamentares distribuir e que acaba indo, em grande número de casos, para entidades fantasmas e para os bolsos de deputados e senadores, como compro-

vou a CPI do Orçamento. Enquanto isso, no Congresso, há proposta no sentido de transferir para as comissões temáticas da Câmara e do Senado a discussão do Orçamento, tirando a tarefa da



Cardoso quer tirar do projeto subvenções sociais

José Paulo Lacerda/AE—6/10/93

Comissão Mista de Orçamento que cuidaria apenas da sistematização. O plenário votaria cada um dos relatórios e não apenas o relatório final. A idéia ainda encontra restrições, pois, como lembram o senador Mário Covas (PSDB-SP) e o deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), o “problema não é a Comissão de Orçamento”. Nesta semana, o deputado Inocêncio Oliveira reúne-se com os líderes partidários para discutir a questão.

Além disso, o senador José Paulo Bisol (PSB-RS) sugeriu e o presidente Itamar Franco colocou em estudo a idéia de se criar um conselho de “notáveis”, integrado por 10 pessoas escolhidas pelo presidente da República e aprovadas pelo Congresso para acompanhar a execução do Orçamento, restringindo os desvios. O jurista Miguel Reale Júnior sugere algo por aí: a criação do cargo de ombudsman do Orçamento, uma espécie de espião da aplicação do dinheiro público, in-

dicado pelo Congresso a partir de uma lista sétupla organizada por associações de economistas e contabilistas.

O presidente do PT e presenciável, Luiz Inácio Lula da Silva, também tem uma proposta. Para Lula, a sociedade tem de dar sua cota de contribuição: “É preciso criar, em cada município, conselhos de cidadãos compostos por gente de credibilidade na sociedade civil, encarregados de fiscalizar a aplicação do dinheiro público, as licitações e os gastos.”

Como se observa, idéias não faltam para implodir o canal da corrupção ligado ao Orçamento da União. As propostas sequer exigem alterações na Constituição e podem ser resolvidas por projetos do Executivo e do Legislativo em conjunto. “Dificilmente se vai acabar com toda a corrupção a partir do Orçamento, mas se deve ao menos limitá-la”, observa o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA).

MAIORIA DAS
PROPOSTAS
PODE SER
POSTA EM
PRÁTICA SEM
ALTERAR A
CONSTITUIÇÃO